



Joel Neto*

Se tens um jardim e uma biblioteca

Porque é que não há discursos inflamados sobre a pobreza?

«Os Açores têm o dobro da pobreza nacional. Para os açorianos, o que está em causa é pôr pão na mesa. Apesar disso, nenhum de nós ouve a palavra “pobreza” num discurso inflamado de um político. Já o “aprofundamento da Autonomia” merece unanimidade no Parlamento.»

1. Ouço falar num novo Regime Jurídico das Actividades Aeroespaciais e lembro-me do projecto do Governo de Durão Barroso para Santa Maria. Ainda estamos à espera da pista de aterragem de foguetões que, há agora quase 20 anos, a então ministra Graça Carvalho nos prometeu.

Entretanto, o actual ministro da Ciência justificou a proposta de um decreto-lei para a subtração de competências à Região no âmbito da gestão do espaço, com que os Açores podem lucrar bastante, através de palavras agressivas: «Houve incompetência local.»

Vamos a ver: Manuel Heitor é um desbocado, tanto quanto Graça Carvalho era uma megalómana. Já o provou várias vezes e, neste caso, desrespeitou as instituições dos Açores, ignorando ao mesmo tempo o facto de haver uma acção em tribunal a atravancar o processo e a circunstância de, há apenas um ano, a Região ter mudado de executivo ao fim de um ciclo de 24 anos.

A linguagem que utilizou é intolerável, de uma arrogância infinita. Mesmo que tenha havido falta de capacidade de resposta regional. E é evidente que Manuel Heitor é um centralista. Toda a elite lisboeta o é. É centralista em relação ao Porto ou ao Algarve e é centralista até em relação a Algés ou à Bobadela. Para ela, Portugal vai do Monsanto à Expo 98 – e o resto é paisagem.

Mas, neste caso, estamos a falar de um homem. Quando muito, de um Governo – o Governo de um partido que, ademais, tem a perda do poder nos Açores atravessada. Não são os portugueses que pensam como Manuel Heitor. Não é Portugal. E nem sequer é a Assembleia da República. É o Governo do PS: foi ele quem fez a lei.

2. Apesar disso, vivemos toda a semana sob o signo de uma putativa conspiração de Lisboa contra os Açores. Primeiro, o deputado da Iniciativa Liberal aproveitou a imposição (também) aos viajantes das ilhas do preenchimento de um formulário sempre que voarem para o continente. Depois, as palavras do ministro Heitor foram interpretadas como um ataque – «mais um ataque» – à Autonomia, o que levou a uma posição unânime da Assembleia Regional contra o projecto-lei de António Costa e Manuel Heitor e, nos discursos e entrevistas, a uma defesa não só da Autonomia, mas do «aprofundamento da Autonomia».

Nada a dizer quanto ao conteúdo do protesto da IL. A imposição daquele formulário é uma injustiça que urge corrigir. Mas o tom (da IL e não só) foi oportunista e demagógico, repleto de expressões como «tratam-nos como portugueses de segunda» ou «nós não somos marginais» e com uma atmosfera de eles-contra-nós que não só é populista como é irresponsável.

Não há um ataque à Autonomia, nem aos Açores, e muito menos aos açorianos. Num caso, há uma assimetria semelhante a tantas outras que a pandemia propiciou, e que é preciso desfazer. No outro, há um ministro petulante e um Governo em ajuste de contas, e que deviam pedir desculpas.

Mas os portugueses não estão reunidos em conspiração contra os açorianos. Ver nestes dois factos de circunstância um ataque concertado é uma atitude paroquial e imberbe que – e aqui está a irresponsabilidade – nos diminui enquanto povo e fragiliza a Autonomia.

3. A Autonomia é muito importante para os Açores. Repito: a autonomia é fundamental. Foi ela que nos permitiu dar os primeiros passos no processo de desenvolvimento de que precisamos. E sem ela não daremos os restantes: nem os açorianos, nem nenhuma classe socio-económica dos Açores – os ricos, os pobres ou a classe média. Defender autonomia é uma necessidade para todos.

Já a ideia de um «aprofundamento» é uma preocupação exclusiva das elites. E as elites, que tantas vezes rebocaram a História, só a rebocam verdadeiramente quando têm presentes as necessidades e as urgências do povo.

As elites dos Açores estão esquecidas dos pobres. Estão esquecidas de como os pobres dos Açores vivem, se é que o sabem de todo. A sua determinação

pelo aprofundamento da Autonomia é legítima hoje e será urgente um dia. Mas alongo prazo. A curto prazo, o que urge é a melhoria das condições de vida dos açorianos. Para estes, está em causa pôr pão na mesa – o reforço da autonomia é a última das suas preocupações.

Já escrevi várias vezes sobre o desenvolvimento humano dos Açores. E já sei que ninguém quer ouvir falar da violência doméstica, do abuso sexual ou de tantos outros índices sociais (mais de 20, a lista é pública) que nos envergonham. Mas da pobreza, ao menos, espero que queiram ouvir falar. E os Açores têm o dobro da pobreza nacional. É estatístico: o dobro.

Não são mais pobres do que o resto do país: são muito mais pobres. Apesar disso, nenhum de nós alguma vez ouve a palavra «pobreza» num discurso inflamado de um político. Já o aprofundamento da Autonomia merece unanimidade. Porquê? Porque, no fundo, não importa assim tanto. É um tema que não fractura nada: uma boa oportunidade de fingir consenso e mostrar responsabilidade.

Insisto: o discurso anti-Portugal, que há anos se adivinha e agora se arisca a aparecer, é tão absurdo como o do ministro Heitor. Felizmente, os portugueses adoram os Açores e os açorianos adoram Portugal.

Nenhum se revê na linguagem que fala de «leis dessas» e de «afrontas centralistas». E aqueles que olham realmente para estas ilhas, com paixão mas sem tribalismos, sabem que a dicotomia que temos à frente não é a de «eles contra nós»: é a de «nós contra nós próprios». Nós, que ainda não conseguimos usar plenamente a Autonomia disponível em favor da melhoria das condições de vida das pessoas – e, que, apesar disso, queremos mais Autonomia ainda.

4. A Autonomia é um instrumento. Trouxe-nos até aqui e, em muitos aspectos, fez bem o seu papel. Mas ainda não andámos meio caminho. Dizer que «as autonomias insulares são um sucesso», como disse José Manuel Boleiro no congresso do PSD, significa pouco – no caso da Madeira e sobretudo no caso dos Açores. A autonomia é um processo em curso, que se concretiza dia a dia e que está longe de se concluir. É um ideal, e os ideais não conhecem sucesso: apenas graus de fracasso.

A prioridade dos Açores não pode ser outra senão o do desenvolvimento social e humano. Saltar do ponto em que estamos para o aprofundamento da Autonomia, para o reforço de competências dos mesmos órgãos e das mesmas elites que não conseguiram tirar-nos da cauda do país e da Europa, é ter as prioridades de pernas para o ar. É pôr a carroça à frente dos bois.

A Autonomia dos Açores não pode ser como aqueles governos com 15 anos que já não procuram mais do que engordar, de modo a perpetuarem-se no poder. A Autonomia não é um fim: é um meio. Mais Autonomia por mais Autonomia não passa de uma inutilidade. E de um perigo.

A nossa Autonomia deve ser um instrumento – como foi nos primeiros anos – para a melhoria das vidas dos açorianos. Quando as vidas dos açorianos melhorarem, então, sim, vamos ao seu reforço. Antes disso, corremos o risco, pelo contrário, de perder a Autonomia que temos. E de perdê-la de morte natural.

Este é que é o ataque a que a Autonomia dos Açores está sujeita. A pobreza. E é um ataque cerrado. Porque não se trata apenas da pobreza, mas da desigualdade na distribuição dos rendimentos e da exclusão social (somos campeões nos três rankings). Isto é, mais todos os outros índices que me dispenso de repetir, mas que mostram o essencial: o futuro dos Açores também passa pela ciência, incluindo as economias do espaço e do mar, mas antes disso tem de passar pelas pessoas.

* Escritor e membro do programa da RTP Açores Novo Normal (quartas e quintas-feiras à noite)